PROJETO DE LEI Nº 77, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

Autoriza concessão de direito real uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona à empresa Solitec Eletrônica Industrial EIRELI - ME e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à concessão de direito real de uso do imóvel desafetado pela Lei nº 5.269, de 1º de março de 2018, descritos no artigo 2º desta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, à empresa **Solitec Eletrônica Industrial EIRELI - ME**, com CNPJ de nº 05.771.168/0001-14, Inscrição Estadual nº 186.249.299.0060, com endereço na Rua João Vilela, nº 43, Bairro de Lourdes, Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, para fins de instalação e expansão das atividades.

Art. 2º O imóvel, objeto da concessão de direito real de uso, constitui-se de uma área de terreno com 3.033,95 m^2 (três mil e trinta e três metros e noventa e cinco centímetros quadrados) consubstanciado no Lote de terreno 18, da Quadra 09-A, Zona 03, situado na Rua Mauro Custódio Parreiras, Bairro de Lourdes, nesta cidade, tendo 32,10 metros de frente para a referida rua; pela lateral direita: 12,80 metros confrontando com o Lote 19 + 13,10 metros confrontando com o Lote 20 + 13,15 metros confrontando com o Lote 21+ 13,30 metros confrontando com o Lote 22 + 13,40 metros confrontando com o Lote 23 + 13,60 confrontando com o Lote 24 + 13,50 metros confrontando com o Lote 25; pela lateral esquerda: 15,40 metros confrontando com o Lote 40 + 14,80 metros confrontando com o Lote 39 + 14,80 metros confrontando com o Lote 38 + 12,00 metros confrontando com o Lote 37 + 13,70 metros confrontando com o Lote 36 + 12,00 metros confrontando com o Lote 35 + 10,80 metros confrontando com o Lote 34; e pelos fundos: 9,65 metros confrontando com o Lote 27 + 12,00 metros confrontando com o Lote 28 + 12,00 metros confrontando com o Lote 29; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna sob o nº 52.792, Livro 2-IT, Folha nº 192, em 20/02/2013;

Art. 3º A concessão de direito real de uso dos imóveis de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela empresa beneficiária:

I - dedicar-se às atividades constantes do seu contrato social, não se admitindo desvio de finalidade;

II - implantar as instalações e entrar em atividade na área total concedida no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data de assinatura do contrato de concessão de direito real de uso;

III - evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas da legislação ambiental vigente, inclusive as de Licenciamento Prévio – LP, de Instalação – LI e Operacional – LO, se for o caso;

IV - apresentar projeto de construção civil à Secretaria Municipal de Regulação Urbana para a devida análise e posterior aprovação, antes do início das obras;

V - elaborar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico e submetê-lo à análise do Corpo de Bombeiros local para aprovação e implantação;

VI - recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna,

especialmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre suas atividades de prestação de serviços e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

VII - declarar o VAF-DAMEF em favor do Município de Itaúna;

VIII - não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 10 (dez) anos, salvo por motivo justificado e com a devida anuência do Município de Itaúna, não podendo, entretanto, ultrapassar 12 (doze) meses de inatividade;

IX - manter a finalidade do imóvel, assegurando ao poder concedente acesso às informações em caso de paralisação justificada, vedada a transferência e/ou cessão de direito de uso para terceiros sem a interveniência do Município;

X - quaisquer modificações nos objetivos da empresa, no quadro societário, inclusive transações comerciais que envolvam o imóvel público, somente poderão ser feitas com a anuência prévia do Município.

Parágrafo único. Resolve-se a concessão antes de seu termo, se a empresa concessionária cometer desvio de finalidade no imóvel público, dando destinação diversa da estabelecida no contrato de concessão ou descumprir quaisquer encargos condicionantes descritos neste artigo, revertendo-se o imóvel ao Município, perdendo a empresa as benfeitorias de qualquer natureza realizadas e/ou edificações no bem, sem que caiba à concessionária o direito de quaisquer indenizações pelo concedente.

Art. 4º A concessionária registrará, as suas expensas, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna-MG, em cumprimento ao artigo 167, inciso I, "alínea 40", da Lei nº 6.015/1973, com as alterações dadas pela Lei nº 6.216/1975, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do termo contratual.

Parágrafo único. Deverá ser averbada na matrícula dos imóveis públicos concedidos a *Cláusula de Inalienabilidade*.

Art. 5º Considerados o interesse público e a conveniência socioeconômica para a Municipalidade, avaliados objetivamente por meio de estudos, projetos e política de desenvolvimento no Município, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei e mediante análise da proposta de investimento apresentada pela empresa, proceder à celebração do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, independentemente de licitação.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Gerência de Superior do Patrimônio, em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura em conjunto com a Controladoria-Geral do Município a fiscalização do cumprimento desta Lei, das cláusulas e encargos da concessionária assumidas no Contrato de Concessão de Uso.

Parágrafo único. A empresa concessionária deverá prestar contas anualmente aos órgãos administrativos descritos no *caput* desse artigo, quanto ao cumprimento dos encargos oriundos do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, especificamente dos empregos efetivamente gerados, bem como de seu faturamento.

Art. 7º Atendidas às condições estabelecidas no artigo 3º desta Lei e decorridos 10 (dez) anos de atividades da empresa nos imóveis, poderá o Executivo Municipal prorrogar o prazo da concessão de uso por igual período ou lhe outorgar escritura pública de doação precedida de

estudo técnico da sua conveniência socioeconômica para o Município, observada a Lei nº 3.690/2002, que dispõe sobre as normas de doação de imóvel da Municipalidade:

I - na hipótese de doação, a escritura definitiva constará a *Cláusula de Inalienabilidade* pelo prazo de 10 (dez) anos prevista no inciso VI do artigo 1º da Lei nº 3.498/1999, com as alterações da Lei nº 4.342/2008;

II - da escritura de doação também deverá constar cláusula expressa de que a beneficiária não poderá dar destinação diversa ao imóvel objeto da Lei, vinculada à atividade exclusivamente empresarial com objetivo de geração de emprego e renda.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 13 de setembro de 2019.

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

Diógenes Lopes Nogueira de Sousa Vilela
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Helimar Parreiras da Silva
Procurador-Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº 77/2019

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor **Presidente** e **Vereadores** da Câmara Municipal de Itaúna,

Apresento a essa Casa o Projeto de Lei nº 77/2019 que objetiva autorização de Vossas Excelências para proceder à concessão de direito real de uso de imóveis da municipalidade à empresa **Solitec Eletrônica Industrial EIRELI - ME**, com CNPJ de nº 05.771.168/0001-14, Inscrição Estadual nº 186.249.299.0060, com endereço na Rua João Vilela, nº 43, no Bairro de Lourdes, para fins de instalação de sede e expansão de suas atividades.

Destaca-se que a empresa supramencionada encontra-se em plena e crescente atividade, atuando no ramo de prestação de serviços e comércio de equipamentos de montagens industriais, placas eletrônicas e equipamentos eletrônicos diversos e, com a construção de suas instalações no terreno a ser concedido, contribuirá para o nosso crescimento e desenvolvimento do Município de Itaúna, gerando múltiplos empregos diretos e indiretos, aquecendo a economia local promovendo a circulação de renda, bem como o aumento direto do Valor Adicionado Fiscal – VAF.

Com a concessão de uso do imóvel público, a empresa beneficiada terá oportunidade de construir sede própria, ampliando suas atividades de forma a melhorar o seu empreendimento, com o consequente aumento de arrecadação tributária e geração de novos postos de trabalho, principais retornos esperados pela municipalidade.

Com essa justificativa, seja o presente Projeto de Lei analisado, deliberado e aprovado pelos membros do Poder Legislativo de Itaúna.

Itaúna-MG, 13 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna